



Simulado Final SEFAZ AL

Auditor Fiscal da Receita Estadual

Pós-editais

Simulado

SEFAZ-AL

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-AL;
- 2 – A prova contém **160 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AL-16-10-21>

01 – C E	33 – C E	65 – C E	97 – C E	129 – C E
02 – C E	34 – C E	66 – C E	98 – C E	130 – C E
03 – C E	35 – C E	67 – C E	99 – C E	131 – C E
04 – C E	36 – C E	68 – C E	100 – C E	132 – C E
05 – C E	37 – C E	69 – C E	101 – C E	133 – C E
06 – C E	38 – C E	70 – C E	102 – C E	134 – C E
07 – C E	39 – C E	71 – C E	103 – C E	135 – C E
08 – C E	40 – C E	72 – C E	104 – C E	136 – C E
09 – C E	41 – C E	73 – C E	105 – C E	137 – C E
10 – C E	42 – C E	74 – C E	106 – C E	138 – C E
11 – C E	43 – C E	75 – C E	107 – C E	139 – C E
12 – C E	44 – C E	76 – C E	108 – C E	140 – C E
13 – C E	45 – C E	77 – C E	109 – C E	141 – C E
14 – C E	46 – C E	78 – C E	110 – C E	142 – C E
15 – C E	47 – C E	79 – C E	111 – C E	143 – C E
16 – C E	48 – C E	80 – C E	112 – C E	144 – C E
17 – C E	49 – C E	81 – C E	113 – C E	145 – C E
18 – C E	50 – C E	82 – C E	114 – C E	146 – C E
19 – C E	51 – C E	83 – C E	115 – C E	147 – C E
20 – C E	52 – C E	84 – C E	116 – C E	148 – C E
21 – C E	53 – C E	85 – C E	117 – C E	149 – C E
22 – C E	54 – C E	86 – C E	118 – C E	150 – C E
23 – C E	55 – C E	87 – C E	119 – C E	151 – C E
24 – C E	56 – C E	88 – C E	120 – C E	152 – C E
25 – C E	57 – C E	89 – C E	121 – C E	153 – C E
26 – C E	58 – C E	90 – C E	122 – C E	154 – C E
27 – C E	59 – C E	91 – C E	123 – C E	155 – C E
28 – C E	60 – C E	92 – C E	124 – C E	156 – C E
29 – C E	61 – C E	93 – C E	125 – C E	157 – C E
30 – C E	62 – C E	94 – C E	126 – C E	158 – C E
31 – C E	63 – C E	95 – C E	127 – C E	159 – C E
32 – C E	64 – C E	96 – C E	128 – C E	160 – C E

LÍNGUA PORTUGUESA

Luciana Uhren e Adriana Figueiredo

Para mais ou para menos

Nesta enquete eleitoral a margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos (23/10/2005)

[1] O estatístico acordou e, como sempre o fazia, espiou pela janela. Céu nublado. Deveria levar o guarda-chuva? Com base em sua experiência pregressa avaliou a possibilidade de chuva em 38%, com uma margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Decidiu não levar o guarda-chuva, mesmo porque já havia esquecido três ou quatro no escritório.

[2] A mulher dormia ainda e ele decidiu não acordá-la; professora universitária, ela tinha ficado até meia-noite corrigindo trabalhos. Merecia o descanso. E de repente uma pergunta lhe ocorreu: será que ainda se amavam? Qual era a possibilidade de que isso acontecesse depois de quinze anos, três meses e oito dias de casamento, depois de dois filhos, um com treze anos, seis meses e sete dias, outro com dez anos, dois meses e vinte dias? Poderia arriscar uma cifra, mas decidiu não fazê-lo, mesmo porque estava atrasado. Engoliu rapidamente o café (frio: cerca de 32 graus, concluiu, e não costumava errar: sua chance de acertar a temperatura dos líquidos era cerca de 91%, com uma margem de dois pontos percentuais para mais ou para menos). Desceu para a garagem do prédio e entrou no carro, um velho Gol. O motor não quis pegar, e por um momento ele temeu que o automóvel o deixasse na mão. Mas as chances de isso acontecer eram de apenas 12%, com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, e logo ele estava no trânsito, congestionado como sempre. Estimou a sua chance de chegar no horário em 72%, com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. De fato, às nove em ponto estava sentado à sua mesa.

[3] Tinha várias pesquisas para examinar naquele dia. As chances de uma marca de sabão ser preferida em relação à outra, as chances de um candidato à presidência de empresa ser eleito em relação a outro. Um trabalho a que estava habituado e que em geral transcorria com facilidade; as chances de concluir a análise de uma pesquisa em duas horas e trinta e oito minutos eram de 83%, com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. O fato, porém, é que uma pergunta o atormentava: será que ainda amava a esposa? Na semana anterior a empresa havia admitido uma nova estatística, moça simpática e linda que fizera balançar seu coração.

[4] Naquele momento o telefone tocou. Era a mulher: só queria dizer que o amava. E ele, jubiloso, concluiu que também a amava. As chances eram de 100%. Com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais, só para mais.

(SCLIAR, M. Para mais ou para menos. In: **Histórias que os jornais não contam**. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 121-122).

No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens a seguir.

01. Na crônica, o autor desenvolve argumentação sobre a carreira dos estatísticos e seu vício de calcular aspectos cotidianos.
02. O trecho "*Poderia arriscar uma cifra, mas decidiu não fazê-lo, mesmo porque estava atrasado*" (2º§) apresenta, em relação à norma-padrão colocação pronominal facultativa.
03. Em "*poderia arriscar uma cifra*" (2º§) a forma verbal está conjugada no futuro do presente e indica uma ação que ainda será realizada em relação ao momento atual da situação vivenciada pelo personagem.
04. A supressão das vírgulas empregadas para isolar o aposto "jubiloso" em "*E ele, jubiloso, concluiu que também a amava*" (4º§) implicaria alteração da correção gramatical do período.
05. A substituição do vocábulo "mas" no trecho "*Poderia arriscar uma cifra, mas decidiu não fazê-lo*" (2º§) pela expressão "ainda assim" preservaria tanto o sentido quanto a correção gramatical do período.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base as disposições contidas na Lei 8.666/1993 e no Decreto 7.892/2013, atinente ao registro de preços, julgue os itens a seguir.

06. Na contratação para registro de preços, a dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo prescindível para a realização da licitação.

07. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

08. A ata de registro de preços poderá vigorar por no máximo um ano, sendo que o contrato celebrado a partir daquela ata poderá ter duração superior.

09. A existência de preços assegura preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

Tomando por base as disposições contidas na nova lei de licitações (Lei 14.133/2021), julgue os itens a seguir.

10. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e sujeitar-se-ão, entre outras, à primeira linha de defesa, que é integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.

11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, não mais sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los.

12. O pregão consiste em modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

No que diz respeito aos atos administrativos, ao processo administrativo a que alude a Lei federal 9.784/1999 e à responsabilização civil do Estado, julgue os itens a seguir.

13. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

14. A finalidade do ato administrativo constitui elemento indicado explícita ou implicitamente pela lei, razão pela qual não cabe ao gestor público a escolha de finalidade diversa, tampouco a substituição daquela indicada na norma, ainda que tenha o legítimo objetivo de satisfazer o interesse público.

15. Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir pelo poder público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

16. Acerca da classificação da Constituição e das normas constitucionais, julgue os itens a seguir. É de eficácia limitada a norma constitucional que estabelece ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer.

17. Com base no art. 5.º da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir. A CF proíbe a aplicação de penas de morte em tempo de paz, de penas cruéis, de penas de banimento, de penas de caráter perpétuo e de trabalhos forçados.

18. No que se refere aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania, julgue o próximo item. A CF garante a todos o direito de reunir-se pacificamente para protestar, sem armas, em locais abertos ao público, desde que mediante aviso prévio e autorização da autoridade competente.

19. No que se refere a direitos e garantias fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir. Apesar de a propriedade ser protegida pela CF, admite-se o uso pela administração pública de propriedade particular em caso de iminente perigo público.

20. Acerca do direito constitucional, julgue os itens que se seguem. Caso a esposa de um pesquisador indiano contratado exclusivamente para trabalhar em uma instituição brasileira de pesquisa por um prazo determinado de dois anos dê à luz um filho em território brasileiro, a criança terá nacionalidade brasileira, mesmo que os pais tenham apenas nacionalidade indiana.

21. A respeito da organização do Estado, julgue os próximos itens. Com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum, os estados-membros podem instituir, mediante a edição de lei complementar estadual, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.

22. Julgue os próximos itens, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro. Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea.

23. Com base na norma constitucional e na doutrina sobre a matéria, julgue o item seguinte, relativos aos Poderes Legislativo e Executivo. As comissões parlamentares de inquérito, que são comissões temporárias destinadas a investigar fato certo e determinado, possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

24. Acerca da estrutura, do funcionamento e das atribuições do Poder Legislativo, julgue o item seguinte. A apreciação de veto presidencial a projetos de lei deve ocorrer, obrigatoriamente, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

25. Com relação ao Poder Judiciário, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CNJ, sempre que empregada, refere-se a Conselho Nacional de Justiça. Uma súmula vinculante editada pelo STF terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, não atingindo, pelo princípio da separação dos poderes, os Poderes Legislativo e Executivo, que possuem meios próprios de vinculação de seus atos.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

26. Carlos quer exercer empresa e para isso procura saber se poderá ser um empresário individual, pois ocupa um cargo de servidor público federal.

Analise o item a seguir:

Carlos não pode ser empresário, pois enquadra-se na situação de impedido legal, mas se vier a exercer responderá pelas obrigações contraídas no exercício da atividade empresarial.

27. A lei que versa sobre as peculiaridades e dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte também trata em alguns dispositivos sobre o microempreendedor individual.

Analise o item a seguir:

O Microempreendedor Individual, também chamado de MEI, caracteriza-se por ser um empresário individual que se enquadre na definição legal de empresário ou ainda, pode ser o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural e que aufera receita bruta anual até um certo limite legal, dede que seja optante pelo Simples Nacional e que não seja um impedido.

28. Sobre o Registro Público de Empresas Mercantis, analise o item abaixo:

Existem dois órgãos de registro de empresas, que devem funcionar em todo território nacional e pelo Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis, podemos dizer que um deles é o Registro Público de Empresas Mercantis que são as Juntas Comerciais e o outro órgão seria o Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

29. A lei 6.404 de 1976 prevê a possibilidade de serem formados consórcios para execução de determinados empreendimentos, diante dessa realidade, analise o item abaixo:

O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade e a falência de uma consorciada não se estende às demais, subsistindo o consórcio com as outras contratantes; os créditos que porventura tiver a falida serão apurados e pagos na forma prevista no estatuto da empresa controladora do consórcio.

30. Analise o que se afirma abaixo sobre a desconsideração da personalidade jurídica:

Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

31. Dívida de jogo contraída por cidadão brasileiro em cassino situado no exterior pode ser cobrada no Brasil, já que a matéria relativa à ofensividade à ordem pública nacional deve ser revisitada à luz do princípio da boa-fé e da vedação ao enriquecimento sem causa.

32. A incapacidade absoluta atinge exclusivamente os menores de 16 anos de idade.

33. A prescrição relativa à pretensão reparatória por danos contratuais e extracontratuais consuma-se em três anos.

34. É válido o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo, salvo se ficar posteriormente comprovado que ele não era credor.

35. Simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

36. A *abolitio criminis* atinge os fatos praticados antes de sua entrada em vigor, ainda que já decididos por sentença transitada em julgado, fazendo cessar a pena e os demais efeitos da condenação, penais e extrapenais.

37. A consumação do crime de facilitação de contrabando ou descaminho independente da efetiva consumação do crime de descaminho ou contrabando que se pretendia facilitar.

38. Crime de prevaricação, praticado no exterior por servidor público a serviço da administração pública nacional, ficará sujeito à lei penal brasileira, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro.

39. Aquele que atribuir a si mesmo falsa identidade, utilizando para tanto uma carteira de identidade falsificada, deverá responder pelo crime de uso de documento falso.

40. O crime de concussão, por se tratar de crime formal, não admite tentativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

- 41.** Considerando o assunto “limitações ao poder de tributar”, disciplinado entre os arts. 150 a 152 da Constituição Federal, julgue o item a seguir: A imunidade tributária aplicável aos entes federativos, denominada imunidade recíproca, estende-se às autarquias, fundações e empresas públicas.
- 42.** Determinado contribuinte foi cientificado de auto de infração em 10/09/2018, não tendo havido o pagamento dentro do prazo legalmente previsto, que no caso era 10/10/2018. Em 12/12/2018, o crédito tributário foi inscrito em dívida ativa e, em 05/03/2019, foi ajuizada a ação de execução fiscal. Considerando a situação acima e o disposto no Código Tributário Nacional, a partir de 10/10/2018 poderia ser presumida a presunção de fraude à execução fiscal, caso o contribuinte procedesse à alienação de seus bens para não cumprir com suas obrigações fiscais.
- 43.** Sobre responsabilidade tributária por infrações, julgue o item a seguir: A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
- 44.** Todo aquele que figura em lei como obrigado ao pagamento de tributo deve ser definido como contribuinte de tributos, conforme a definição contida no Código Tributário Nacional.
- 45.** A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, que goza da imunidade recíproca, conforme determina a Constituição Federal.
- 46.** De acordo com o STF, a imunidade tributária relativa aos livros, jornais e periódicos não se estende aos livros digitais (e-books).

47. De acordo com o Código Tributário Nacional, a competência tributária é delegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, esta sim, indelegável.

48. João, domiciliado em Barueri-SP, doa uma fazenda, localizada em Manaus-AM, e um carro, licenciado no Estado da Bahia, a Otávio, seu primo, que mora em Recife-PE.

Considerando a situação acima, julgue os itens subsequentes:

Em relação ao automóvel, o ITCMD é devido ao Estado de Pernambuco.

49. Cabe à lei complementar, em relação ao ITCMD, estabelecer suas alíquotas máximas.

50. Em relação à Fazenda, o ICMD é devido ao Estado do Amazonas.

51. Cabe à lei complementar, em relação ao ICMS, regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

52. De acordo com a Constituição Federal, resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação, relativas ao ICMS.

53. As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa não podem ser consideradas normas complementares, salvo se ato do Poder Executivo lhes atribuir eficácia normativa.

54. Os entes federativos podem figurar como sujeito passivo da obrigação tributária.

55. O Código Tributário Nacional previu a possibilidade de haver alteração do sujeito ativo quanto às obrigações tributárias já surgidas.
56. Para fins de ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento.
57. As circunstâncias que modificam o crédito tributário não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
58. A moratória pode abranger créditos que ainda não foram definitivamente constituídos à data da lei concessiva do benefício.
59. O depósito do montante integral configura hipótese de exclusão do crédito tributário.
60. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. A prescrição se interrompe, dentre outras situações, pela citação do sujeito passivo em execução fiscal.
61. A isenção, seja concedida por lei ou por contrato, deve sempre especificar as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
62. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados por até cinco anos, contados da data das operações a que se refiram.
63. De acordo com o Código Tributário Nacional, não está sujeita ao sigilo fiscal a divulgação de informações dos sujeitos passivos relativas às representações fiscais para fins penais.

64. A certidão positiva da qual constem débitos objeto de parcelamento e moratória pode ser utilizada como prova de regularidade fiscal do contribuinte.

65. O texto constitucional não previu repartição de receitas tributárias para o imposto sobre grandes fortunas e para os impostos extraordinários de guerra.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande e Julio Cardozo

Julgue o item a seguir, com base no que está previsto na Estrutura Conceitual Básica – CPC 00 (R2).

66. A (ANAC) Agência Nacional de Aviação Civil foi criada para regular e fiscalizar as atividades da aviação civil e a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil. Mesmo assim, essa agência reguladora não é considerada o público-alvo principal dos relatórios financeiros para fins gerais de empresas do setor aéreo.

Determinada sociedade anônima contratou um serviço de assinatura de jornal, com vigência de quatro anos, e pagou integralmente pela assinatura à companhia prestadora de serviços no ato da contratação.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

67. Para a empresa contratante, o pagamento da assinatura representa um fato contábil permutativo, com efeitos patrimoniais imediatos apenas em contas do ativo realizável a longo prazo.

68. Atendendo ao regime de competência, a empresa contratante do serviço de assinatura estará sujeita ao reconhecimento futuro de despesas, as quais serão apropriadas pro rata temporis.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG), julgue os próximos itens.

69. Somente itens que atendam à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. Todavia, a recíproca não é verdadeira, visto que se atender à definição de algum desses elementos patrimoniais não significa, necessariamente, que haverá reconhecimento nas demonstrações contábeis.

70. Um ativo deve ser classificado como circulante quando espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade ou está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Julgue os itens subsequentes no que se refere à adequação da classificação contábil dos eventos no balanço patrimonial de uma companhia aberta.

71. Uma das formas de captação de recursos pelas empresas é por meio da emissão de debêntures. No momento da captação dos recursos, surge um passivo para a sociedade emissora dos títulos. Em caso de debêntures emitidas com prêmio, o valor desse prêmio será reconhecido imediatamente no resultado, como receita financeira do exercício no qual as debêntures foram emitidas.

72. A reserva para contingências tem por finalidade adequar a distribuição de dividendos obrigatórios ao lucro efetivamente realizado em termos financeiros.

No que se refere a avaliação e mensuração dos itens do ativo imobilizado, julgue o item subsequente.

73. As normas contábeis determinam que o valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

Julgue o item seguinte, relativo à redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

74. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, com exceção de ativos reavaliados. A desvalorização de ativos que tenham sido objeto de reavaliação deve ser tratada como diminuição do patrimônio líquido, na rubrica de reserva de reavaliação.

Acerca da Demonstração do Valor Adicionado, julgue o item a seguir.

75. Na demonstração do valor adicionado, que apresenta informações relacionadas à criação e à distribuição de riqueza por parte das empresas, as receitas oriundas de ganhos com equivalência patrimonial devem ser classificadas como Valor Adicionado Recebido em transferência.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

76. O gasto com a mão de obra da fábrica num período de greve (pagamento dos dias parados) é uma perda e uma despesa.

77. A empresa MAVIFOR apresenta os seguintes custos para a fabricação de seu produto X:

- Custo variável unitário: R\$ 5
- Custos fixos associados à produção de X: R\$ 400
- Preço unitário de venda de X: R\$ 9

Considerando o custeio variável, caso a companhia produza e venda 120 unidades de X, ela terá um lucro bruto de R\$ 800,00.

78. Caso o custo real seja superior ao custo padrão, a diferença aí ocorrida será considerada desfavorável, uma vez que o custo efetivo foi menor que o estabelecido como meta para a empresa.

79. Considere que a Cia MAVIFOR fabricou, no exercício, 300 unidades, das quais vendeu, nesse mesmo período, 25 unidades, ao preço unitário R\$ 30. Considere também que:

Custos e despesas operacionais	R\$
Matéria-prima e outros materiais diretos	2.000
Mão de obra direta	2.200
Custos indiretos variáveis	600
Custos indiretos fixos	1.200
Despesas fixas de vendas	500
Despesas variáveis de vendas, por unidade	2

A margem de contribuição total das unidades vendidas é de R\$ 7.050.

80. A empresa MAVIFOR produz e vende um único produto. No mês de outubro, a MAVIFOR produziu e vendeu 100 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 950,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 10,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de outubro, em quantidade, foi de 75 unidades.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Thiago Cavalcanti

As metodologias Agile permitem que as empresas maximizem valor e lidem com riscos de forma eficaz, razão pela qual a maioria das empresas de TI adota o Agile em seus fluxos de trabalho. Scrum é um framework ágil usado para gerenciar e executar projetos com pequenas equipes. Sobre o respectivo framework avalie os itens abaixo.

81. Scrum não é um processo padronizado onde você segue metodicamente uma série de etapas sequenciais que garantem a produção, dentro do prazo e do orçamento, de um produto de alta qualidade que encanta os clientes.

82. As sprints não são limitados no tempo, assim não é necessário termos uma data fixa de início e término, entretanto, todas as sprints devem ter a mesma duração.

Sobre gestão de processos de negócio, avalie o item a seguir.

83. Um dos benefícios de BPM é a formalização do processo existente e identificação das melhorias necessárias.

Sobre os conceitos de dado, informação, conhecimento e inteligência; dados estruturados e não estruturados; dados abertos, avalie os itens a seguir:

84. A informação é uma mistura fluida de experiência, valores, informações contextuais, visão especializada e intuição fundamentada que fornece um ambiente e estrutura para avaliar e incorporar novas experiências.

85. Sabedoria é um processo extrapolativo e não determinístico, não probabilístico.

Sobre banco de dados relacional, julgue os itens a seguir:

86. Um SGBS relacional deve fornecer uma linguagem de consulta relacional para oferecer suporte à definição de dados, definição de visualização, manipulação de dados, restrições de integridade, autorização e limites de transação (início, confirmação e reversão).

87. A normalização é uma abordagem de design que maximiza a redundância de dados e otimiza as estruturas de dados, colocando de forma sistemática e adequada os elementos de dados nos agrupamentos apropriados.

88. Um valor de chave primária identifica exclusivamente um determinado registro em uma tabela e representa exclusivamente esse registro em todo o banco de dados.

Sobre data warehouse, ETL, Big Data e OLAP julgue os itens a seguir.

89. Todo data mart deve ser construído tendo como referência uma data warehouse.

90. A operação de drill-through é usada para o máximo de detalhes possível de seus dados.

91. As organizações podem aproveitar os provedores de nuvem para projetar e implementar plataformas de big data.

Sobre Visualização e análise exploratória de dados avalie o item a seguir

92. Os gráficos de caixa fornecem um resumo sucinto da distribuição geral de frequência de uma variável. Seis valores são geralmente exibidos: o valor mais baixo, o quartil inferior (Q1), a mediana (Q2), o quartil superior (Q3), o valor mais alto e a média.

Sobre Self-service BI, seus conceitos e principais ferramentas avalie o item abaixo.

93. Self-service BI (SSBI) se concentra no suporte ao usuário final, permitindo que os usuários de negócios e analistas se envolvam mais em suas próprias análises de dados.

Sobre Segurança da informação, criptografia, assinatura digital e certificação digital julgue os itens a seguir:

94. A autenticação utilizando certificados digitais ajuda as organizações a garantir que apenas dispositivos e usuários confiáveis possam se conectar às suas redes.

95. Uma assinatura digital é um carimbo eletrônico criptografado de autenticação em informações digitais, como mensagens. A assinatura digital garante a confidencialidade da mensagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

O dono de uma sorveteria quis saber a preferência de seus clientes sobre três sabores: morango, pistache e framboesa. Para isso, elaborou uma ficha em que cada cliente marcaria com um X quais sabores eram de sua preferência, podendo marcar quantos sabores quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 clientes marcaram os três sabores, 50 marcaram os sabores morango e pistache, 48 marcaram pistache e framboesa, 52 marcaram morango e framboesa, 80 marcaram framboesa, 78 marcaram morango e 82 marcaram pistache.

Diante do exposto, julgue os itens 96 e 97.

96. Se todos os clientes marcaram pelo menos um sabor e preencheram somente uma ficha cada, então o total de clientes consultados foi superior a 120.

97. A fração de clientes que gostam somente dos sabores pistache e framboesa é inferior a $\frac{1}{5}$.

98. Considere o seguinte argumento lógico:
p1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;
p2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;
p3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos;
e,
P4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro
Julgue o item seguinte:

A proposição “Se Carla não vai à igreja aos domingos então nem João é ateu, nem Carla é evangélica” pode ser conclusão o argumento acima.

99. Dado um número inteiro, são permitidas as seguintes operações: “duplicá-lo” ou “aumentá-lo de uma unidade”. Partindo do número zero, o menor número de operações de que uma pessoa necessita para atingir exatamente o número 100 é denominado k .

Julgue o item seguinte:

O número k é inferior a 8.

Cinco rapazes foram acusados de comer escondido a rapadura de João. João, irritadíssimo, os questiona esbravejando.

- “Eu não fui”, responde Karlos.
 - “Foi o Erico”, garantiu Marcos.
 - “Foi o Juvenal”, disse Erico.
 - “O Marcos está mentindo”, retrucou Juvenal.
 - “O Karlos está falando a verdade”, disse Roberto.
- Sabe-se que apenas um dos rapazes mentiu e somente um deles comeu a rapadura de João.

100. Diante do exposto, pode-se concluir que Juvenal comeu a rapadura e falou a verdade enquanto que o Marcos é o mentiroso.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha e Eduardo da Rocha

De acordo com a lei 5.900/96, que institui o Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, interestadual e de comunicação – ICMS, julgue os itens 101 a 115.

101. Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da entrada no território do Estado de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a integrar o respectivo ativo permanente ou a seu próprio uso ou consumo.

102. Considera-se saída do estabelecimento desacompanhada de documento fiscal, a mercadoria cuja entrada não tenha sido escriturada nos livros fiscais próprios.

103. Presumem-se ocorridas operações ou prestações, internas ou interestaduais, tributadas, sem pagamento do imposto e desacompanhadas de documento fiscal, ressalvada ao sujeito passivo a prova da improcedência da presunção, quando se constatar suprimento de conta representativa de disponibilidades, ou de qualquer outra conta do ativo, sem comprovação de origem.

104. O ICMS não incide na operação com mercadoria de terceiro, na saída de estabelecimento de empresa de transporte, por conta e ordem desta.

105. O benefício fiscal concedido através de Convênio ICMS autorizativo somente integrará a legislação tributária do Estado de Alagoas após sua regulamentação mediante decreto.

106. A Alíquota do ICMS nas operações internas com cerveja é de 25%.

107. Inclui-se entre os contribuintes do ICMS a seguradora.

108. O entreposto aduaneiro que der saída de mercadoria estrangeira com destino ao mercado interno, sem documentação fiscal correspondente ou com destino a estabelecimento de titular diverso daquele que a houver importado ou arrematado é considerado contribuinte do imposto.

109. Nos serviços de transporte e comunicação, quando a prestação for efetuada por mais de uma empresa, a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída, por convênio com outros Estados, àquela que promover a cobrança integral do respectivo valor diretamente do usuário do serviço.

110. Independente de anuência expressa do contribuinte, pode o Poder Executivo estabelecer a definitividade da base de cálculo do imposto devido por substituição tributária, ainda que a base de cálculo da operação a consumidor final se efetive em montante diverso da base de cálculo presumida, hipótese em que não caberá restituição nem complementação do imposto devido a título de substituição tributária.

111. O civilmente incapaz não pode ser eleito responsável pelo cumprimento de obrigação tributária.

112. O local da operação ou da prestação, para os efeitos de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem, o local onde se encontre, quando em situação fiscal irregular, pela falta de documentação fiscal ou quando com documentação inidônea, nos termos da legislação tributária.

113. Somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica destinada à industrialização.

114. É vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita quando o produto utilizado no processo industrial, não seja nele consumido ou não integre o produto final na condição de elemento indispensável à sua composição.

115. Quando não for possível precisar a data da ocorrência da infração, adotar-se-á, para o cálculo da atualização monetária e juros, o primeiro dia do exercício ou do período fiscalizado, conforme o caso, como data da ocorrência da infração.

Acerca da antecipação tributária no Estado de Alagoas e de acordo com os ditames da lei 6.474/04, julgue os itens 116 e 117.

116. Não se aplica a antecipação tributária constante na lei 6.474/04 quando as mercadorias estiverem sujeitas à substituição tributária.

117. O imposto a ser antecipado nos termos da lei 6.474/04 deverá ser recolhido até o 10º dia do mês subsequente à entrada de mercadoria neste Estado.

Acerca do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA - no Estado de Alagoas e de acordo com os ditames da lei 6.555/04, julgue os itens 118 e 120.

118. O fato gerador do imposto ocorre, para veículos usados, na data da aquisição por consumidor final.

119. São isentos os veículos furtados ou roubados, a partir do mês seguinte ao da ocorrência do furto ou roubo até o mês anterior ao de devolução do veículo ao proprietário.

120. A alíquota do IPVA para aeronaves é de 1%.

121. O ITCD, a título de transmissão *causa mortis*, incide no caso de partilha antecipada.

122. Em se tratando de transmissões *causa mortis*, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros ou legatários, desde que o bem ou direito seja divisível.

123. Tratando-se de ações representativas do capital de sociedade, a base de cálculo é determinada por sua cotação de fechamento na Bolsa de Valores na data da transmissão.

124. Em se tratando de transmissões *causa mortis*, considera-se ocorrido o fato gerador do ITCD na data da abertura da sucessão.

125. A decisão do pleno do CTE, quando contrária à Fazenda, dependerá sempre de homologação do Secretário de Estado da Fazenda.

126. Caso o sujeito passivo encontre-se com a inscrição estadual baixada, a intimação deverá ser feita em nome dos titulares, sócios e administradores, na condição de contribuintes.

127. Enquanto não proposta a ação de execução, a decisão de qualquer instância administrativa que contiver erro de cálculo ou outro erro de fato será passível de retificação, observada a legislação regulamentar.

128. É vedada a nomeação para julgador indicado pelos contribuintes de pessoa que esteja no exercício de função ou cargo público.

129. Considera-se iniciado o processo administrativo tributário no momento da apreensão de mercadorias.

130. A restituição do ICMS poderá ser feita mediante crédito fiscal, enquanto a restituição dos demais tributos estaduais deverá ser feita em moeda corrente.

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

Acerca dos testes em áreas específicas, julgue os itens subsequentes.

131. Em seu trabalho de auditoria, o Auditor tem como um de seus objetivos verificar a suspeita de desfalque no Estoque de Mercadorias para revenda da empresa auditada. Nesse caso, um exemplo de teste de observância para o caso em questão é a constatação da existência real e da integridade das transações evidenciadas nos relatórios contábeis.

132. Após uma auditoria no passivo circulante, o Auditor Fiscal constatou que um financiamento foi registrado indevidamente na conta de fornecedores a pagar. O Auditor descobriu esse problema por ocasião do confronto dos contratos de financiamentos com os valores efetivamente contabilizados na conta de empréstimos a pagar. Para detectar esse problema, ela realizou o teste principal para subavaliação de uma conta do passivo e teste secundário para subavaliação de despesa.

133. Dentre as técnicas mais usuais de auditoria contábil e fiscal, pode-se mencionar o Exame e Contagem Física. Ele é um procedimento de auditoria utilizado para as contas do Ativo (por exemplo: dinheiro, estoques, ativo imobilizado), que consiste em identificar fisicamente (in loco) o bem declarado no Balanço Patrimonial.

134. No processo de auditoria de uma entidade em que o estoque é relevante, o acompanhamento da contagem física dos estoques é impraticável, devido à sua localização. A Auditora considera que os possíveis efeitos de distorções não detectados poderiam ser relevantes, mas não generalizados. Nesse caso, a Auditora deve comunicar aos responsáveis as distorções identificadas durante a auditoria, que dariam origem a uma opinião modificada, e renunciar ao trabalho.

135. Se a administração da entidade se recusar a corrigir algumas das distorções reportadas pela Auditora nas contas de estoque de mercadorias, então a Auditora deve modificar a sua opinião devido a essa inconsistência.

136. Durante a execução da auditoria de estoque, o Auditor aplicou os seguintes procedimentos: a observação de contagens físicas, a confirmação de estoques em poder de terceiros e o confronto de contagens físicas de estoque com os relatórios de controle de inventário e o saldo das respectivas contas contábeis. Nesse contexto, tais procedimentos constituem exemplos de testes substantivos de auditoria de estoque.

137. Em se tratando de testes de superavaliação da conta de estoques do ativo circulante, aplicados pelo Auditor, os testes são geralmente orientados às contas do próprio ativo e de receitas.

138. Ao examinar se todas as transações e contas, associadas aos estoques da empresa 4K S/A, que deveriam ser registradas nas demonstrações contábeis realmente o foram, o auditor independente verifica a afirmação referente à categoria da exatidão.

Acerca da Lei Complementar nº105/2001, julgue o item a seguir.

139. É possível que o Fisco requirite das instituições financeiras informações bancárias sobre os contribuintes sem intervenção do Poder Judiciário.

140. Nos termos da Lei Complementar nº105/2001, é correto afirmar que a quebra de sigilo financeiro se restringe a instruir processo para a apuração de eventual prática criminosa em inquéritos policiais cujo objetivo seja investigar crimes de terrorismo, de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de contrabando de armas.

Com relação à auditoria na escrituração fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe), julgue os itens a seguir.

141. O arquivo digital da EFD será gerado pelo contribuinte de acordo com as especificações do leiaute definido por cada contribuinte e conterá a totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis correspondentes ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês.

142. A totalidade das informações se restringe às entradas e saídas de mercadorias bem como aos serviços prestados e tomados, incluindo a descrição dos itens de mercadorias, produtos e serviços e à quantidade, descrição e valores de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação, em posse ou pertencentes ao estabelecimento do contribuinte declarante, ou fora do estabelecimento e em poder de terceiros.

143. O arquivo digital da EFD será gerado pelo contribuinte e conterá a totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis correspondentes ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês. Essas informações deverão ser prestadas sob o enfoque do fisco.

144. O contribuinte que possuir mais de um estabelecimento, seja filial, sucursal, agência, depósito, fábrica ou outro qualquer, deverá prestar as informações relativas à EFD em arquivo digital individualizado por estabelecimento, ainda que a apuração dos impostos ou a escrituração contábil seja efetuada de forma centralizada. Essa regra se aplica, inclusive, aos estabelecimentos localizados na mesma unidade federada quando houver disposição em Convênio, Protocolo ou Ajuste que preveja inscrição centralizada.

145. A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital da EFD dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações nele constantes, na forma e prazos estabelecidos pela legislação aplicável.

146. O arquivo digital da EFD gerado pelo contribuinte deverá ser submetido à validação de consistência de leiaute efetuada pelo software denominado Programa de Validação e Assinatura da Escrituração Fiscal Digital - PVA-EFD que será disponibilizado na internet nos sítios das administrações tributárias das unidades federadas e da RFB. O procedimento de validação e assinatura deverá ser efetuado após o envio do arquivo ao ambiente nacional do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

147. A recepção do arquivo digital da EFD implicará no reconhecimento da veracidade e legitimidade das informações prestadas, nem na homologação da apuração do imposto efetuada pelo contribuinte.

148. A retificação da EFD será efetuada mediante envio de outro arquivo complementar do arquivo digital da EFD regularmente recebido pela administração tributária.

149. Será permitido o envio de arquivo digital complementar da EFD.

150. Produzirá efeitos a retificação de EFD de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal ou cujo débito constante da EFD objeto da retificação tenha sido enviado para inscrição em Dívida Ativa, nos casos em que importe alteração desse débito.

151. Ainda que formalmente regular, será considerado documento fiscal idôneo a NF-e que tiver sido emitida ou utilizada com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

152. O DANFE somente poderá ser utilizado para transitar com as mercadorias antes a concessão da Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, ou na hipótese prevista na cláusula décima primeira.

Acerca das normas vigentes de auditoria, julgue os itens a seguir.

153. O nível de independência dos auditores externos é maior do que os auditores internos.

154. Caso haja suspeita da existência de notas fiscais falsas aceitas pela entidade auditada na compra de produtos para revenda, não será adequada a utilização do procedimento de observação, cabendo, por sua vez, uma circularização.

155. Além dos testes substantivos e de observância, o auditor interno pode lançar mão da revisão analítica. Caso os controles internos testados não sejam confiáveis para atender as finalidades às quais se destinam ou os procedimentos de revisão analítica indiquem dados que extrapolem os padrões esperados, o auditor interno deverá realizar um número maior de testes substantivos.

156. Os papéis de trabalho representam a documentação, em meio físico ou eletrônico, que contém as informações e os registros preparados pelo auditor ou fornecidos a ele no curso dos trabalhos executados, para fundamentar a emissão de opinião. No caso de auditorias realizadas em vários períodos consecutivos, alguns papéis de trabalho, se atualizados, podem ser reutilizados.

157. O auditor deve planejar seu trabalho considerando o risco da ocorrência de fraudes e erros. Caracteriza erro a aplicação de práticas contábeis indevidas pela entidade e a interpretação errada das variações patrimoniais, as quais podem vir a trazer consequências relevantes para as demonstrações contábeis.

158. O auditor independente deve seguir regras e procedimentos de supervisão e controle da qualidade dos serviços que executa, com o propósito de garantir aos usuários de seus serviços a certeza absoluta de que o trabalho tenha sido executado de acordo com as normas profissionais do auditor independente. Para tanto, ele pode adotar a avaliação permanente da carteira de clientes, que assevera a integridade dos seus administradores.

159. Na avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade como base para determinar a natureza, a oportunidade e a extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar o ambiente de controle existente na entidade e os procedimentos de controle adotados pela administração.

160. A seleção de itens de uma população feita de maneira direcionada por um auditor não poderá ser classificada como uma amostragem estatística.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AL-16-10-21>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>